



ESCOLA: ESPAÇO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA INCLUSIVA

Andréia Aparecida Rodrigues
Vania Lizie da Silva Lima
Vânia Maria Pacheco
EE Francisco Molina Molina/DER Jales

Resumo

O texto a seguir tratará especificamente das boas práticas de inclusão de uma aluna com deficiência múltipla (Deficiência Física/Paralisia Cerebral e Deficiência Intelectual CID F 72), matriculada no 3º ano do Ensino Fundamental, no ensino regular, (período da tarde) e no atendimento pedagógico especializado sob a forma de Sala de Recursos (Deficiência Física), no contraturno, na EE Francisco Molina Molina, do município de Santa Salete/SP, jurisdicionada à Diretoria de Ensino – Região de Jales.

Palavras-chave: Inclusão, recursos pedagógicos, adaptações curriculares.

Introdução

O mundo pós-moderno tem colocado em pauta um assunto muito polêmico: a inclusão. É certo que o tema suscita muitas reflexões, assim como suscita boas práticas e a ruptura de paradigmas obsoletos para que seja, de fato, uma realidade.

Muitas foram e muitas são as políticas públicas elaboradas a fim de que a inclusão ultrapasse os limites do papel e alcance os vários cantos da sociedade, dentre eles, a instituição escolar. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que delinea os direitos básicos de todo e qualquer ser humano, incluindo o direito à educação, foram elaborados documentos e tratados internacionais importantes para a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial. A Declaração de Salamanca, elaborada em 1994, é um deles. Nela foram abordados e discutidos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, também tem norteado as políticas públicas do nosso país com o intuito de assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão.



A Constituição Federal, de 1988, que garante a democratização da educação no país e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que destaca a Educação Especial enquanto Modalidade de educação escolar que perpassa todos os níveis de ensino, devendo ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, são exemplos da tentativa de assegurar o direito incondicional de todo e qualquer aluno, independente de suas especificidades, à educação de qualidade.

Nesse contexto, o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Educação tem investido em recursos, em materiais, em programas de formação de professores, principalmente por meio da EFAP/Escola de Formação do estado de São Paulo (verificar o que significa a sigla EFAP) e às Universidades parceiras.

Pensando em todos esses aspectos, elaboramos uma síntese sobre as práticas de educação inclusiva que têm sido positivas na instituição escolar em que atuamos: EE Francisco Molina Molina, da cidade de Santa Salete, jurisdicionada a Diretoria de Ensino Região de Jales. O texto a seguir tratará especificamente da inclusão de uma aluna com deficiência múltipla (Deficiência Física/Paralisia Cerebral e Deficiência Intelectual CID F 72), matriculada no 3º ano do Ensino Fundamental, no ensino regular, (período da tarde) e no atendimento especializado da Sala de Recursos (Deficiência Física), no contraturno.

Desenvolvimento

Entre estudos e discussões sobre deficiência intelectual, no final de 2013, tivemos a notícia de que em 2014 receberíamos, no 2º ano do Ensino Fundamental – anos iniciais, uma aluna com Deficiência Física/Paralisia Cerebral e Deficiência Intelectual (CID F 72), sem coordenação motora nos membros inferiores e superiores e com comunicação restrita (emitindo apenas alguns sons). A princípio, toda a equipe escolar ficou angustiada, porém sabíamos perfeitamente que a aluna seria acolhida com muito carinho, atenção e respeito, mas era preciso ir além. Como? Esse foi um dos questionamentos iniciais: qual o caminho?

Uma das ações da unidade escolar a esse respeito, ainda em 2013, foi uma reunião com a direção e com a professora da escola Municipal de Santa Salete



(Educação Infantil) para conhecer um pouco sobre a história de L.M.N. Depois, juntamente com a PCNP de Educação Especial da Diretoria de Ensino – Região de Jales, a escola fez um convite para mãe de L. comparecer a instituição escolar, conversar e fazer os primeiros levantamentos sobre o histórico da deficiência da criança e mesmo da aprendizagem da estudante no ensino regular. Além disso, era preciso esclarecer junto a família a autorização do apoio da “profissional cuidador” (profissional que auxilia alunos com dificuldades de locomoção, que necessita de auxílio para os auto cuidados, higiene e locomoção) e quanto à frequência obrigatória da mesma na sala comum.

Em 2014, na reunião de planejamento, toda a equipe escolar foi orientada para acolher com carinho a nova aluna. A professora Adriana Marques Pedro (2º ano) estava cheia de expectativas e muita ansiosa, com medo de falhar na formação de L.M.N.

No início, L. era uma criança muito dependente, apresentava dificuldades para manusear o caderno; a professora utilizou, então, como recurso, a folha sulfite A3 para cobrir toda a carteira (adaptada) e assim foi possível que a aluna fizesse algumas garatujas; foi a maior realização para L. que todos os dias, logo no início da aula, solicitava a folha sobre a sua mesa.

A sala de aula também foi adaptada com menor número de carteiras para que L. utilizasse os espaços com facilidade para ir ao “cantinho de leitura” que ficava no fundo da sala de aula. Aos poucos L. foi se soltando e participando com interesse das atividades propostas pela professora.

A educadora utilizou uma parte da lousa para adaptar as atividades da estudante, por exemplo, confeccionou fichas ilustrativas de cada momento da aula (rotina). Ela fez um trabalho muito interessante com o alfabeto, confeccionando fichas com as letras de forma em tamanho do papel sulfite A4 e em cores vivas e manuseáveis (plastificado). O mesmo foi feito com os números (0 a 9).

Para ensiná-la a contar, Adriana fez com o contorno de suas mãos, utilizando papel cartão, em seguida recortou-o e com ele elaborou um recurso pedagógico para desenvolver a contagem. A cada número contado, a professora levantava um dedo da mão de papel. Além disso, a professora elaborou uma lista para registrar as necessidades comunicativas da criança e selecionou outras imagens juntamente com a



aluna para estabelecer melhor a comunicação entre ela e a classe. Adriana identificou as necessidades básicas e reais de L. para ajudá-la a participar das aulas e indicar a ela o que aprendeu, podendo assim, externar suas dúvidas e seus anseios.

A aluna encantou-se com a professora, houve uma aproximação e uma afetividade muito grande entre elas, o que fez com que L. não faltasse às aulas como o fez na Educação Infantil. L. se identificou bastante com as crianças e com a escola, ouvia atentamente as histórias contadas pela professora da classe e pela professora da Sala de Leitura. Na Festa Junina, a aluna interpretou a música “Xote das meninas” e participou de outras apresentações realizadas na escola.

Em Educação Física, o professor Emerson ofereceu atividades à aluna para fortalecer braços, mãos, pernas e pés. O professor colocou L. em pé para andar apoiando-a e contando sempre com o auxílio da cuidadora. A aluna manifestou um encantamento pelas aulas dessa disciplina e pelo professor.

Em Arte, a professora Josiane também desenvolveu atividades que promoveram avanços na coordenação motora da estudante, como rasgar papéis, colar e pintar. Além disso, a educadora comprometeu-se em inseri-la nos grupos e apresentações previstas nas expectativas de aprendizagem da disciplina.

A unidade de ensino como um todo passou por várias orientações com PCNP de Educação Especial da Diretoria de Ensino Região de Jales e também com a equipe do CAPE Regional durante o ano, que nos esclareceu como deveria ser a comunicação com a criança, sem muita infantilização, além as adequações para a alimentação da mesma, o que fortaleceu o trabalho que vinha sendo realizado na escola.

A socialização de L. foi trabalhada sistematicamente em sala de aula e em todo o ambiente escolar. Houve uma participação significativa da aluna durante todo o ano letivo de 2014.

L. terminou o ano de 2014 compreendendo alguns comandos, respeitando a rotina da sala de aula e conseguiu atender algumas expectativas de aprendizagem de Língua Portuguesa, como ouvir com atenção e apreciar textos literários, em Matemática, conhecendo alguns números (0 a 9), em Arte, reconhecendo alguns elementos da linguagem visual; utilizando-se destes elementos para se expressarem e experimentar



em suas criações diferentes materiais além de identificar algumas das modalidades das Artes Visuais: desenho, pintura, escultura, modelagem, colagem, fotografia.

A equipe escolar encerrou o ano com a certeza de que o medo inicial transformou-se em crescimento profissional e pessoal, amizade, partilha de experiências, sendo, o que ficou para cada um foi aprender a respeitar e a valorizar as diferenças, o ritmo de aprendizagem de cada ser humano, e que cada indivíduo é um ser único.

Para que as atividades realizadas com a aluna fossem positivas e promovessem avanços na aprendizagem da criança, foram feitas adaptações curriculares, buscando estratégias educativas facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem. Estas estratégias pretenderam, a partir de algumas flexibilizações no Currículo Oficial da SEE/SP, ser uma resposta à diversidade individual da estudante, considerando seu histórico pessoal, seu histórico educativo, sua motivação e interesses, ritmo e estilo de aprendizagem.

Sem dúvida, a chegada da estudante à escola apresentou um fato novo e, portanto, um grande desafio para todos. O medo do fracasso era grande, mas tudo isso não foi empecilho para que fosse realizado um trabalho sério e de qualidade com a estudante.

Em 2015, mais fortalecida, com estudos aprofundados sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos PAEE, a escola pôde receber novamente a aluna, agora com 10 anos de idade e com toda uma trajetória positiva de escolarização no ensino comum.

Embora tivesse um pouco mais de formação a respeito da inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, a professora Vania Lizie da Silva Lima também ficou receosa e preocupada com a sua prática, afinal, como incluir de fato aquela aluna de modo a favorecer-lhe uma aprendizagem significativa? Era a teoria que se apresentava na prática.

Aos poucos a professora pôde conhecer as potencialidades e as dificuldades da estudante e assim, fazendo adaptações no currículo, pôde propiciar-lhe atividades motivadoras e desafiadoras durante as aulas. Dentre as atividades de rotina da aluna estão atividades que tentavam resgatar as expectativas de aprendizagem não



desenvolvidas/alcançadas pela aluna em anos anteriores: as letras do seu nome, as letras do alfabeto, a sequência de números, as cores, as formas geométricas, partindo do contexto e do cotidiano da estudante e flexibilizando o Currículo, com os mesmos temas “conteúdos” abordados na sala de aula, com diferença nas estratégias e metodologias, e adaptação de recursos.

No início, a estudante não demonstrava muito interesse pelas atividades (já que havia mudado a professora da classe), nem mesmo prestava atenção no que a professora queria lhe dizer, mas devagar esse comportamento foi sendo modificado.

Para que a aluna pudesse reconhecer as letras, a professora elaborou fichas que associam a letra a um objeto/figura de uso habitual da criança em outras situações que não da escola. Hoje ela não só aponta as letras que a professora pede, como busca as fichas na lousa, quando lhe é solicitado; aponta figuras; demonstra desejos e interesses; participa das rodas de leitores, folheando e observando os livros que lhe são oferecidos, fazendo leitura de imagens; participa dos grupos, ouvindo e prestando atenção no que seus companheiros lhe dizem (além de sempre ter uma tarefa predefinida nos grupos); canta e dança (ainda que de joelhos) nas aulas de Arte; brinca com a bola e outros materiais nas aulas de Educação Física; faz contagem de tampinhas e palitos ainda que sem fazer correspondência termo a termo; rasga ou amassa folhas de revistas ou jornais velhos para realizar atividades que lhe são propostas; pinta com lápis de cor, giz de cera ou cola colorida desenhos específicos das aulas; ouve atentamente quando a professora lhe conta histórias, fazendo uso de fantoches; para a contagem e enumeração, a professora utiliza recursos de materiais concretos.

Outros recursos bastante utilizados durante as aulas com a aluna são: quadro de velcro, computador como meio de estimulação da linguagem para facilitar o processo de aprendizagem da aluna com imagens, vídeos, músicas etc.; jogos diversos de uso comum dos alunos da sala; plano inclinado com garras; formas geométricas e numeração cardinal e braile; tesoura mola; mesa escolar adaptada; tangram; alfabeto móvel; blocos lógicos; palitos de sorvete; tampinhas coloridas; quebra-cabeça, entre outros.

Atualmente ela atende a várias comandas dos educadores e consegue comunicar-se, ainda que em poucas palavras, dentre outras inúmeras coisas que já é capaz de fazer.



O trabalho iniciado este ano na SAPES/DF com a professora Vânia Pacheco, que realizou uma avaliação inicial, pontuando as fragilidades e habilidades da aluna, as necessidades de uso de comunicação alternativa, as tecnologias assistivas adequadas para diminuir as barreiras que impendem a comunicação, a oportunidade de fazer registros através do uso de software, comunicadores, pranchas de comunicação, além de um espaço preparado para atuar com a aluna. Possibilitam-na a apresentar avanços na aprendizagem, bem como, no seu desenvolvimento motor.

As atividades de rotina dão a aluna L. condições de participar das aulas e atividades que compõem o currículo, trazendo significância para seu dia a dia na sala regular. Suas dificuldades de socialização estão sendo amenizadas em função das atividades coletivas proporcionadas na sala regular, na Sapes, bem como nas aulas de Educação Física.

Desta forma, seu repertório linguístico tem se ampliado, e L. tem buscado novas formas de comunicação, por meio de pranchas e do boardmarker. A comunicação alternativa com o auxílio desses recursos e do computador dá a ela liberdade para expressar-se de forma significativa, deixando-a menos ansiosa e mais participativa, favorecendo seu desenvolvimento integral.

Conclusão

Tendo em mente todos os aspectos abordados anteriormente, é possível concluir que quando pensamos em gestão democrática, participativa e inclusiva devemos pensar na responsabilização coletiva pelas ações da escola e pelas decisões em relação ao seu funcionamento, organização e estrutura.

É fato que estamos vivenciando um momento em que a diferença deve estar em pauta e, considerando-se a complexidade e a amplitude do ato de ensinar, a LDBEN n. 9394/96 estabelece que a garantia do acesso e permanência de jovens e crianças na escola requer, conforme seu artigo 59, entre outros aspectos, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, que sejam específicos para atender às diversas necessidades de todos os estudantes, inclusive daqueles que compõem o público-alvo da educação especial: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/TGD e altas habilidades/superdotação.



A partir dessa concepção, pensar numa escola com gestão escolar democrática e participativa é pensar numa escola aberta para a toda comunidade que a rodeia e que a integra. Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico consolidará as intenções da escola, assumidas como compromisso político e pedagógico da comunidade escolar, e derivadas de uma reflexão/avaliação a partir da concretização das relações educacionais cotidianas, sempre buscando constituir a consciência coletiva.

É inegável que cada um tem um papel fundamental para a construção da gestão democrática na escola. Desde o diretor, peça chave e norteadora de todo o trabalho da equipe até o aluno, a família, professores (incluindo aqui o professor do APE), o coordenador pedagógico, enfim, toda a comunidade escolar.

Sabemos que esse trabalho coletivo não é tarefa fácil, entretanto, não devemos desistir, ainda que haja vários entraves no nosso caminho; aos poucos conseguiremos resultados que se concretizarão ao longo dos anos. Assim, devemos buscar construir práticas pedagógicas significativas na escolarização dos alunos PAEE e sermos também um fator de proteção ao seu desenvolvimento.

Partindo dessas concepções, a inclusão tem sido uma realidade na EE Francisco Molina Molina, pois sabemos que a escola precisa ser acolhedora, inclusiva e, acima de tudo, precisa investir no diálogo entre professor e aluno/família. Quando há investimento nas relações entre professor e aluno/família, certamente, a escola contará com um aluno mais confiante, com a autoestima elevada e isso fortalecerá a sua autonomia e suas capacidades, para realizar todas as atividades propostas sem medo de errar.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1996.

BRASIL. ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 29 de agosto de 2006. Brasília: 2006.



BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: no 9394/96, Brasília: 1996.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em 10 set. 2015.

SÃO PAULO, (Estado) SEE – **Expectativas de aprendizagem** – Língua Portuguesa e Matemática, 2008. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em 08 set. 2015.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo**: Língua Portuguesa. Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio. Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO, (Estado) SEE – **Expectativas de aprendizagem** – Arte, 2014. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em 10 set. 2015.